

CULTURA DO EMPRESÁRIO DE SI: A EDUCAÇÃO EMPRESARIAL E A NOVA GOVERNAMENTALIDADE

SELF-ENTREPRENEUR CULTURE: THE BUSINESS EDUCATION AND THE NEW GOVERNMENTALITY

Ademir Henrique Manfré¹

RECEBIDO EM: 19/06/20 | ACEITO EM: 11/05/21

DOI: 10.5902/2317175864254

RESUMO

O presente ensaio aborda o tema “cultura do empresário de si”, que penetrou no debate educacional brasileiro nos últimos anos. Justificada por um conjunto de princípios provenientes do mercado neoliberal, essa cultura transfere os dispositivos empresariais, tais como a produtividade, a competitividade e o desempenho, para o âmbito pedagógico, subordinando os professores e estudantes a uma nova governamentalidade. Assim, temos como objetivo geral, pôr em discussão o papel desempenhado pela racionalidade pedagógica empreendedora no direcionamento das formas de governo de si e dos outros. Para se chegar à uma conclusão, partimos dos seguintes questionamentos: por qual motivo inserir a cultura do empresário de si nas escolas? Essa cultura é suficiente para dirimir as desigualdades sociais conforme sugerido por seus defensores? O que temos feito de nós mesmos sob as formas de controle da vida? Logo, baseamo-nos no pressuposto de que a cultura do empresário de si traduz-se naquilo que Foucault chamou de “governamentalidade”. Assim, a crítica foucaultiana à sociedade neoliberal, emerge como um referencial teórico capaz de desenvolver, em bases diferentes, as concepções neoliberais, dentre as quais se insere a educação escolar na atualidade.

Palavras-chave: Empresário de si; Governamentalidade; Contraconduta.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Mestre em Educação pela UNESP. Graduado em Pedagogia pela UNESP. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, História da Educação, Metodologias de Ensino, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), Psicopedagogia, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação, Políticas Públicas, Avaliação, Formação de Professores, Ética, Cidadania, Novas Tecnologias, Inclusão Escolar, Transtornos do desenvolvimento, Currículo Escolar. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2559786704613672>

ABSTRACT

In this essay we discuss the topic of self-entrepreneur culture that permeates Brazilian educational debate in recent years. Such culture is justified by a set of principles from the neoliberal market, which transfers the business devices to the pedagogical scope. In other words, things like productivity, competitiveness and performance are subordinating teachers and students to a new governmentality. Hence, our objective is to analyze the role played by entrepreneurial pedagogical rationality in guiding the forms of self-government and the government of others. We started from the following questions: Why insert the culture of the self-entrepreneur in schools? Is this culture sufficient to solve social inequalities as suggested by authors who advocate it? What have we done with ourselves in the ways of life controlling? We start from the assumption that the self-entrepreneur culture translates itself into what Foucault called governmentality. Therefore, Foucault's criticism of neoliberal society emerges as a theoretical framework capable of developing on different bases rather than those neoliberal conceptions to which school education is inserted today.

Keywords: *Self-entrepreneur. Governmentality. Counter-conduct.*

1 Introdução

O presente ensaio trata do tema “cultura do empresário de si” e “educação escolar”. É resultado de elaborações teóricas desenvolvidas junto à disciplina de Currículo e Escola por mim ministrada em cursos de licenciaturas em uma universidade do estado de São Paulo.

De acordo com a história da educação, a escola sempre foi alvo de políticas que visaram a preparação do indivíduo para o mundo do trabalho (BRASIL, 1996). E, na atualidade, o empreendedorismo é reconhecido e exaltado como um dos pilares para a educação do século XXI, representado pela performance do sujeito empreendedor (DOLABELA, 1998, 2003, 2015; BRASIL, 2010a e 2010b; VILLELA, 2005; CARVALHO, 2004), do empresário de si como elemento essencial para se alcançar o almejado sucesso.

A cultura do empreendedorismo exerce sua atuação em todos os âmbitos da escola, promovendo a competitividade como um dos pilares da educação atual (DELORS, 2010). Pilar este, sustentado pela racionalidade instrumental (aquisição de técnicas e comportamentos para atuar no mercado competitivo), relegando a um segundo plano tudo aquilo que não pode ser categorizado numericamente.

Desse ponto de vista, o processo de ensino e de aprendizagem escolar fica restrito à aquisição de competências e habilidades emanadas dos organismos internacionais (Banco Mundial, Organização das Nações Unidas) e outras políticas neoliberais que ditam os rumos da educação, traduzindo naquilo que Foucault (2008a) chamou de *governamentalidade*. Por essa lógica, professores e estudantes devem ser polivalentes, devem ter “mil e uma utilidades” para atuarem no mercado competitivo (DOLABELA, 1998). Chavões³ como “Pense fora da caixinha”, “Enfrente desafios”, “Vença seus medos”, “Invista em si

³ Extraído do vídeo “Kylee Majkowski de 10 anos quer ensinar empreendedorismo a crianças no Brasil”. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/empreendedora-de-10-anos-ensina-a-abrir-negocio-na-infancia,4d512f187e48b410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>. Acesso em: 03 jun. 2020.

mesmo”, são apresentados como fomentadores de comportamentos empreendedores. Surge o imperativo de que o empreendedorismo – como proposta formativa, deve ser seguido por todos.

Para se ter uma ideia do que estamos aqui tratando, no ano de 2017 a *Bizword*⁴ completou 20 anos de atuação educacional em mais de 100 países em todo o globo. Seu lema é capacitar estudantes a tornarem-se empreendedores de sucesso. Já em contexto nacional, temos a *Junior Achievement*⁵, que surgiu com a missão de preparar estudantes a serem cidadãos qualificados, empresários de si, desde a educação infantil.

Pelo exposto até aqui, a figura do empreendedor passa a ser o novo modelo formativo requerido e exaltado como um dos principais suportes para a educação do futuro. Desse ponto de vista, o modelo de conduta a ser desenvolvido pelos indivíduos é motivado pelo comportamento empreendedor: que vença o melhor, o mais preparado, o mais qualificado; reforçando a formação do empresário de si como elemento fundamental para se alcançar o sucesso. Nota-se que são apelos intimamente ligados a um discurso neoliberal, sustentando a lógica empresarial ancorada numa racionalidade governamental.

Tendo em vista que a Educação se tornou um espaço governado pela competitividade e pelo empreendedorismo, pretendemos desenvolver em outras bases, reflexões no âmbito da crítica foucaultiana aos dispositivos que orientam a formação escolar atual. Concebemos que a reflexão filosófica emerge como um referencial teórico capaz de desenvolver em bases diferentes as concepções neoliberais, as quais se inserem a educação escolar na atualidade.

2 O empreendedorismo como modo de vida

No curso “Nascimento da Biopolítica”, proferido em março de 1979, Foucault analisou a Teoria do Capital Humano. Na compreensão do filósofo, o capital é entendido como tudo aquilo que é passível de produzir algum tipo de rendimento futuro. Desse ponto de vista, ao capital liga-se a competência/habilidade almejada para desenvolver determinado trabalho. Exemplificando: um indivíduo que aplica dinheiro e dispende tempo em um curso técnico que promete qualificação imediata para o mercado de trabalho, está realizando um investimento em si.

Como dito anteriormente, o rendimento é consubstanciado a partir de um certo capital, cujo é reconhecido como “capital humano na medida em que, precisamente, a competência – máquina da qual é o rendimento não pode ser dissociada do indivíduo humano, que é o seu portador” (FOUCAULT, 2008b, p. 287).

4 A *Bizword* é um programa empresarial que surgiu no ano de 2000 nos EUA. Atua em mais de 100 países no mundo, desenvolvendo programas de empreendedorismo nas escolas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio. Sua meta é preparar crianças e jovens para uma atuação empreendedora, engajando a educação para o empreendedorismo.

5 Segundo seu site oficial, a *Junior Achievement* é uma organização global sem fins lucrativos fundada em 1919 nos EUA. A referida oferece programas pedagógicos para a aplicação na Educação Básica. No Brasil, possui mais de 150 mil colaboradores atendendo cerca de 4 milhões de estudantes, nos 27 estados da federação. Sua missão é formar cidadãos qualificados e realizados, estimulando o desenvolvimento econômico do país. Disponível em: www.jabrazil.org.br. Acesso em: 14 jun. 2020.

No debate sobre competências e educação, nota-se a insistente defesa de que o investimento permanente em si pode promover mais competências e habilidades, gerando a empregabilidade. Assim, o investimento em competências traduz-se numa técnica de marketing pessoal, isto é, numa gestão da vida diante de um modelo empresarial.

Sibila (2012) anotou que a busca por capacitações ou qualificações é resultado da lógica empresarial que ganha um destaque espetacular na atualidade. Logo, essa lógica deve ser seguida por todos, pois, quanto maior o investimento na aquisição de competências e de habilidades, maior será o potencial de empregabilidade. Em consonância com o apontamento anterior, Dardot e Laval (2016, p. 332), referindo-se à produção do indivíduo competente e competitivo tão requerido pela sociedade neoliberal, afirmaram que o sujeito empreendedor não calcula apenas investimentos e ganhos, mas “procura sobretudo trabalhar a si mesmo com o intuito de transformar-se, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz”.

Assim, pela discussão desenvolvida até o momento, fica explícita a ideia de que se o indivíduo não conseguir uma vaga no competitivo mercado de trabalho, é porque ele não financiou adequadamente sua formação, não adquiriu competências suficientes para atingir o sucesso pessoal e profissional, tornando-se obsoleto como um objeto sem valor algum. Ao que parece, a escola é compreendida a partir de um viés utilitarista: que vença o melhor, o mais preparado, o mais capacitado.

Dentro da perspectiva foucaultiana de governamentalidade, o poder de gerir a vida⁶ implica uma racionalidade que consiste em produzir, tomar a vida e a sua inclusão nos cálculos.

Governamentalidade é um neologismo criado por Foucault (2008a, p. 133) para designar:

Um conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora complexa, de poder que tem como alvo principal a população.

É nesse contexto chamado “gestão da vida” que inserimos o debate sobre *cultura do empresário de si*, ou seja, um dispositivo⁷ que produz “novos” potenciais de produção e de condução dos indivíduos. Nesse viés e visando resultados, a escola assume uma lógica competitiva, inserindo em seu domínio, disputas que tendem a evidenciar aquele que for mais competitivo⁸. Assim, o

⁶ Foucault utiliza a ideia de “gestão da população” no contexto da biopolítica. Desse modo, ao nos referirmos à “gestão da vida” estamos nos referindo as estratégias de poder que fazem parte do domínio dos aparelhos do Estado, bem como das instituições, como escolas, empresas, dentre outras.

⁷ É no texto *História da Sexualidade* (vol. I – A vontade de saber) que Foucault (1980) desenvolveu as definições de dispositivo, apesar de já ter apresentado tal conceito em *Vigiar e Punir*. Foucault (1980, p. 244) conceituou dispositivo como: [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas [o dispositivo pode ser entendido também] como um tipo de formação que, em determinado momento histórico teve como função principal responder a uma urgência histórica. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.

⁸ Como exemplo dessa lógica competitiva podemos citar a “Olimpíada Brasileira de Matemática”. Trata-se

imperativo “ser competitivo consigo e com os outros” instaura-se no contexto educativo, no qual o “impulso competitivo torna-se um fim em si mesmo e cria uma cultura de teste e de exibição e, é claro, uma corrida absoluta” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2017, p. 124).

Pelo exposto acima, a função da escola é atingir a meta de “fabricar” um indivíduo competitivo, o empresário de si (SIBILA, 2012). Ao priorizar a preparação do sujeito para o mercado de trabalho alguns dispositivos de controle são definidos: lucratividade e utilidade (só deve ser ensinado aqueles conteúdos eleitos como úteis para o indivíduo sobreviver no mercado competitivo, o que não tem utilidade dentro desse objetivo deve permanecer fora dos muros escolares), calculabilidade (tudo deve ser racionalizado, programado), empregabilidade.

As recomendações sobre como se tornar um indivíduo competitivo não param por aqui. Se atentarmos para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas, uma referência obrigatória na elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas de toda a Educação Básica, está presente a orientação de que os estudantes brasileiros necessitam desenvolver um número de competências básicas consideradas essenciais para se assegurar um futuro promissor. Capturados por um discurso econômico, o sucesso ou o fracasso depende única e exclusivamente de metas que o estudante deve alcançar, enfatizando que todos devem ser empresários de si mesmos. Dito de outro modo, “a empregabilidade é a palavra em torno da qual o discurso e o pensamento sobre a escola são orientados hoje” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2017, p. 88).

Quando o assunto é empreendedorismo na escola, Dolabela⁹ é o autor que mais se destaca na literatura brasileira. O autor afirmou que os estudos atuais indicam que o empreendedorismo abre novas oportunidades para que os indivíduos se qualifiquem, oferecendo, automaticamente, graus de realização pessoal.

Para tanto, precisam receber educação sobre empreendedorismo. Assim, não hesitarão em correr riscos, inovar, estabelecer vínculos e relações necessárias ao alcance dos objetivos, identificar oportunidades e buscar recursos onde estiverem. Tais comportamentos empreendedores têm mais importância do que as estruturas colocadas em jogo, porque têm embutido no seu âmago os valores do desenvolvimento (DOLABELA, 2015, p. 26).

No fragmento em questão, é nítido que uma cultura empreendedora, estimulada desde a mais tenra idade, é vendida como tábua de salvação para

de um projeto realizado anualmente – criado em 2005 - dirigido às escolas públicas e particulares de todo o Brasil. Trata-se de uma competição que visa estimular o estudo da matemática, além de identificar talentos. Os melhores alunos são classificados para as fases subsequentes da prova, sendo premiados com medalhas os que obtiverem melhor desempenho. Escolas, professores e Secretarias de Educação também são premiados. Disponível em: www.obmep.org.br. Acesso em: 15 jun. 2020.

⁹ Fernando Dolabela é um dos autores mais citados na literatura brasileira quando o assunto é Pedagogia Empreendedora. O autor é consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Algumas obras publicadas: Empreendedorismo, a viagem do sonho; Empreendedorismo, uma forma de ser; Pedagogia Empreendedora, além de vários artigos publicados em revistas científicas. O autor argumenta que o empreendedorismo é uma forma de ser e não simplesmente de fazer. Para ele, empreender é “engendrar formas de gerar e distribuir riquezas materiais e imateriais por meio de ideias, conhecimentos, teorias” (DOLABELA, 2015, p. 29).

motivar e estimular nossos estudantes a adquirirem atitudes empreendedoras, para serem bem sucedidos na vida.

De acordo com Dolabela (2003) várias cidades brasileiras já incorporaram o empreendedorismo nos currículos escolares. Nesse quadro, a educação é concebida como uma grande possibilidade para o desenvolvimento econômico do país. Aproveitando essa deixa, afirma-se que as escolas públicas não são suficientes em suas propostas educativas, sendo necessário investir em competências e habilidades, gerando criatividade e inovação (DOLABELA, 2008).

O discurso empreendedor também é justificado dentro do debate das políticas públicas educacionais. Dois documentos publicados pelo governo federal em 2010 nos chamam a atenção: o parecer CNE/CEB nº 13/2010, que tratou da inclusão do empreendedorismo como componente do currículo escolar desde a educação infantil, e o Decreto Federal nº 7397/2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira.

O texto do Parecer CNE/CEB, nº 13/2010, inseriu a iminente necessidade da inclusão do empreendedorismo na escola, potencializando os valores da competitividade e lucratividade como eixos norteadores das políticas educacionais. Na esteira da Pedagogia do Empresário de Si, o Decreto nº 7397/2010, reproduziu as diretrizes emanadas do Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, coordenado por Delors (2010).

Os dois documentos propõem a inserção do empreendedorismo enquanto tema transversal na educação básica, fomentando um protagonismo em relação às demais disciplinas. No intuito de debater sobre empreendedorismo na escola, destacamos a seguir um Programa de Educação Empreendedora voltado a crianças do ensino infantil e do ensino fundamental utilizado por muitas escolas privadas de São Paulo: *Max, o empreendedor*¹⁰.

O objetivo do referido programa é fomentar o talento das crianças identificando características empreendedoras, valorizando comportamentos estratégicos e incentivando a elaboração de Projetos de Vida. Dito de outro modo, desde a primeira infância há o incentivo e a valorização do investimento em capital humano, vendendo a ideia de que para ser um vencedor na vida, é necessário empreender logo no início, sem medos (DOLABELA, 2015).

Desse ponto de vista, o processo de ensino e de aprendizagem de conteúdos escolares se torna preso ao desenvolvimento de competências e habilidades. O trabalho docente é reduzido à execução de um trabalho instrumental, cujo foco é o desenvolvimento de competências específicas.

A educação escolar constitui-se em ferramentas para o preparo do novo trabalhador o qual deve ter destreza em áreas específicas, deve desenvolver as chamadas competências para conseguir

¹⁰ Trata-se de um sistema de ensino criado por uma pedagoga do conceituado colégio Objetivo, de São Paulo. Um professor diferente, descolado personificado na figura de um cãozinho foi criado com o objetivo de ensinar práticas empreendedoras nas escolas brasileiras. Através do site da escola, é possível conhecer alguns materiais educativos. O referido programa foi exposto como uma metodologia de promoção empreendedora abordando os seguintes pontos: alfabetização financeira, liderança, gestão, responsabilidade social, marketing pessoal (LIMA JÚNIOR, 2011).

uma posição no mercado de trabalho. Dessa forma, ao ingressar nos mais diversos cursos preparatórios desde muito cedo, o aprendiz estará conquistando sua chance de empregabilidade no futuro. Nessa perspectiva de educação escolar, aprende-se ainda a criar o próprio emprego, caso ele não apareça: é o conhecido empreendedorismo ensinado desde a educação infantil nas escolas mais abastadas. Caso não consiga, será responsabilizado por sua falta de empenho, energia e vontade (ASSIS; LIMA, 2019, p. 44).

Diante do exposto, é nítido o prenúncio de um discurso sedutor amparado na ideia de progresso a qualquer custo. Basta o indivíduo ser empresário de si, almejar o aumento da riqueza do capital, do investimento em educação, do capital humano, consubstanciando a adesão a um estilo de vida, em outras palavras, ao governo de si.

Villela (2005, p. 37) pontuou que uma escola comprometida com o sucesso de seu estudante, necessita seguir princípios-chave no quesito aquisição de competências e habilidades: “eficiência, suficiência, consistência e parcerias”. Tais concepções compreendem a escola como uma instituição cujo objetivo é fomentar o crescimento econômico. E essas concepções são fundamentadas por pedagogias e organizações multilaterais, capazes de “promover uma pilotagem sobre o que deve ser ensinado nas escolas e de que maneira isso deve ocorrer” (SANTOS, 2015, p. 94).

Ainda no debate sobre empresariamento de si, intelectuais como Perrenoud são conceituados como “um dos principais autores que apresentam o ensino por competências como uma possível alternativa ao fracasso escolar” (RICARDO, 2010, p. 612). O conceito de competências formulado por Perrenoud é utilizado como referência por outros autores, inclusive brasileiros como Dolabela (2015) e Villela (2005) tratados neste ensaio.

Define-se uma competência como a aptidão para enfrentar uma família de situações análogas, mobilizando de uma forma correta, rápida, pertinente e criativa, múltiplos recursos cognitivos: saberes, capacidades, microcompetências, informações, valores, atitudes, esquemas de percepção, de avaliação e de raciocínio (PERRENOUD, 2000, p. 15).

É nessa perspectiva que Perrenoud (2000) propôs a aquisição de competências como recursos indispensáveis a uma educação requerida pelo século XXI. Segundo o autor francês, o acúmulo de conhecimentos não garante a preparação do indivíduo para os novos cenários. É necessário aplicá-los, garantindo a integração dos indivíduos à cultura empreendedora. Diante disso, nota-se que ao indivíduo é depositada toda a responsabilidade em seu percurso formativo, desdobrado em práticas de autogoverno e de autoaprendizado.

Essa ênfase pela crescente aquisição de competências e de habilidades, alcança centralidade no discurso pedagógico atual, apontando a Pedagogia

Empreendedora como uma metodologia inovadora, potencializadora de capital humano. Essa “lógica ocupa lugar tático no governo sob a noção de sujeito que empreende a si mesmo” (CALIXTO, 2013, p. 28).

Assim, forma-se o perfil do sujeito empresário de si: flexível, inventivo, competitivo, adaptável. Dito de outro modo, muito mais do que gerir a própria carreira, produz-se uma forma de gerir a vida. Não importa o refletir. Leva-se em consideração apenas o produzir e o aplicar.

Ademais, por sua vez, percebe-se que a pedagogia do empresário de si encarrega-se de “despertar” vocações empresariais nos estudantes, acrescentando que a ação empreendedora é caracterizada pela capacidade de gerar novos conhecimentos, sendo, portanto, oposta a uma escola obsoleta e sem vínculos com a realidade dos estudantes.

De acordo com Dolabela (2003), o que se pretende com a Pedagogia Empreendedora é gerar comportamentos e ações empreendedoras nos estudantes, dotando-os de saberes técnicos necessários à educação do futuro. Na mesma linha de raciocínio de Dolabela (2003), Carvalho (2004, p. 13) afirmou que é fundamental uma educação empreendedora pautar-se em três princípios básicos: “liderança, energia e percepções”.

No que se refere às práticas de ensino pautadas pelo empreendedorismo, várias Secretarias de Educação brasileiras, recomendam propostas educacionais amparadas na educação empreendedora, sempre ancoradas na justificativa de que a educação vai mal porque temos ainda um modelo tradicional de ensino. Com esse discurso, a pedagogia empreendedora é vendida como a salvação da escola atual.

Para se ter uma ideia do que estamos aqui tratando, o projeto “Oficina do Empreendedor” de autoria de Dolabela (1998) e em parceria com a ONG Visão Mundial, já atendeu cerca de 90.000 estudantes da educação básica em Minas Gerais e 224.000 estudantes no estado do Paraná. Depois do teste piloto desenvolvido nas cidades de Belo Horizonte e Japonvar (MG) em 2002, vários outros estados compraram esse projeto na tentativa de inovar as escolas. Até um prêmio foi criado para homenagear prefeitos empreendedores – prêmio Mário Covas. Assim, o empresário de si necessita desenvolver:

[...] habilidades e capacidades necessárias para criar uma empresa integrando os programas de ensino em todos os níveis: fundamental, médio e superior. Independentemente do nível de ensino, a ênfase deve ser concentrada no desenvolvimento da capacidade individual de procurar e identificar novas oportunidades (DOLABELA, 2003, p. 27).

Pelo exposto até aqui, salienta-se que desde a mais tenra idade, nossas crianças são estimuladas a investirem em seu capital humano, sendo orientadas a elaborarem um plano de negócios, a estudarem propaganda e marketing, a desenvolverem um comportamento de liderança visando a aprendizagem

de conceitos básicos, tornando-se, no futuro, prósperos empreendedores. O sonho de se tornar um grande empreendedor não para por aqui.

A fundação *Junior Achievement* – uma organização educativa mantida pela iniciativa privada norte-americana, é responsável pelo desenvolvimento de projetos pautados na Pedagogia Empreendedora em mais de 112 países, atendendo, aproximadamente, 6,5 milhões de estudantes (LIMA JÚNIOR, 2011). Só no Brasil, mais de 500 mil estudantes participaram de seus programas, afirmou Lima Júnior (2011).

Os programas da *Junior Achievement* utilizam a metodologia conhecida como “Aprender-fazendo”. De acordo com Lima Júnior (2011), nessa proposta metodológica os fundamentos do empreendedorismo são transmitidos através de exercícios, jogos, desafios, simulações (nota-se que apenas as competências técnicas são enfatizadas nessa proposta). Desse modo, se a escola tradicional não gera competências e habilidades em seus estudantes, resta à Pedagogia Empreendedora, enquanto dispositivo da governamentalidade neoliberal, proporcionar uma formação “sedutora”, vendendo-a como uma alternativa inovadora.

Outra proposta que nos faz compreender a Pedagogia do Empresário de Si enquanto um dispositivo de controle, uma governamentalidade pautada em bases econômicas e neoliberais, é o “Prêmio Educação Empreendedora Brasil”. Trata-se de uma iniciativa do Instituto *Endeavor*¹¹ com o intuito de valorizar e divulgar experiências inovadoras de empreendedorismo no ensino superior.

O objetivo é reconhecer os profissionais que trabalham com o tema, transversal às demais disciplinas. Ninguém vai ensinar outra pessoa a ser empreendedora, mas o professor pode instigar essa característica em seus alunos (INSTITUTO ENDEAVOR, 2009, p. 37).

Diante desse cenário, projeta-se uma nova arquitetura à formação escolar ancorada em critérios de eficiência e eficácia pautados nos interesses do mercado.

Quem é o competente? Em nossas sociedades é aquele que possui um saber determinado, institucionalmente reconhecido, graças ao qual pode não só falar e agir pelos outros, mas ainda, e sobretudo, exclui outros do direito de ser sujeitos de seus discursos e de suas ações. Quem é o incompetente? Em nossas sociedades é aquele que foi expropriado de sua condição de sujeito e convertido em objeto do saber e da prática dos competentes. Sob a auréola da neutralidade e da objetividade dos conhecimentos técnico-científicos a competência é um poderoso elemento ideológico para justificar (ocultando) o exercício da dominação (CHAUÍ, 2014, p. 113).

¹¹ Desde 2000 no Brasil, o Instituto *Endeavor* atua como uma organização global sem fins lucrativos com a missão de estimular o desenvolvimento, o crescimento, a transformação e a inovação dos empreendedores no país. Disponível em: www.endeavor.org.br. Acesso em: 15 jun. 2020.

Diferentes pesquisadores ligados a uma perspectiva crítica têm se oposto à abordagem empresarial da escola, denunciando uma visão técnica e utilitarista da educação. Nessa vertente, Ball (2010) pontuou que na cultura do empreendedorismo, a performatividade exigida por seus adeptos é um meio de controle social, não permitindo aos indivíduos a possibilidade de reflexão e de crítica.

De acordo com Torres (1996), trata-se de uma nova gestão da formação, gestão esta engendrada por organismos multilaterais e que está alinhada a uma proposta de eficiência do sistema capitalista e a uma adequabilidade do indivíduo ao mercado de trabalho. Dentro desse quadro de performatividade¹², os indivíduos são estimulados a serem empresários de si, a agregarem valor a si mesmos, a melhorarem sua produtividade, “[...] devem se tornar sujeitos empreendedores que vivem suas vidas como um empreendimento do eu” (BALL, 2010, p. 51).

Em Nosella (2010) a cultura do desempenho ativa uma dimensão técnica e mecânica ao ato de ensinar/aprender, pois visa metas, produtividade, resultados. Alinhado a esse pensamento, Afonso (2009, p. 49) anotou que no campo educacional, desde a década de 1990, as políticas educativas vêm adotando um “*ethos* competitivo com ênfase nos resultados ou produtos dos sistemas educativos”. Dito de outro modo, nessa lógica empreendedora, os indivíduos “passam a ser vistos apenas pelo prisma da produtividade” (SANTOS, 2009, p. 240).

Diante do assinalado, a Pedagogia do Empreendedorismo nos convoca a refletir sobre o modelo de indivíduo que almejamos formar: “é a empresa e na empresa que se dará a validação das competências com vistas à classificação e à remuneração” (RICARDO, 2010, p. 610).

Apontamos que a Pedagogia do empreendimento do “eu” pode reforçar dicotomias no interior das escolas, tais como formação para a autonomia X (versus) formação específica, formação X capacitação, cultura X utilitarismo.

A vinculação da formação de competências a programas de treinamento (coaching) ou às chamadas metodologias ativas comprova que não se trata de um processo de formação e desenvolvimento humano pleno, mas da produção de autômatos programados para reagir em conformidade com as expectativas sociais. As pessoas devem controlar as emoções como dirigir um automóvel sem precisar pensar no que estão fazendo para que possam funcionar adequadamente nas escolas, no trabalho ou na vida (SILVA, 2018, p. 151).

Trata-se, portanto, da adequação da educação aos interesses econômicos, reduzindo a formação a fins lucrativos e utilitaristas. Em outras palavras, uma educação de qualidade é entendida pelo discurso empreendedor como aquela que prioriza a gestão do desempenho, da eficiência, do treinamento, do resultado (DOLABELA, 2015).

¹² Por performatividade, Ball (2010, p. 4) entendeu “uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que se serve de críticas, comparações e exposições como meios de controle. Os desempenhos servem como medidas de produtividade e rendimentos, ou mostras de qualidade, ou ainda momentos de promoção e inspeção”.

Diante da amplitude que caracteriza a temática, ressaltamos a seguir o debate filosófico-educacional no sentido de pensar a educação por outras bases que não o da cultura do empresário de si, numa tentativa de resistência à cultura do desempenho. A partir do conceito de contraconduta e de crítica, apresentamos elementos analíticos contrários à racionalidade neoliberal.

3 Governamentalidade e educação

A filosofia de Foucault promove uma importante possibilidade de se pensar de outro modo os discursos e práticas pedagógicas na atualidade. Levando em consideração essa premissa, a educação e outras instituições sociais (presídios, polícia, religiões etc.) são tomadas como elementos de uma governamentalidade, de um aparato biopolítico referente ao governo dos corpos.

Diante das novas reconfigurações educacionais (BRASIL, 2017a, 2017b), a constante ênfase no mercado de trabalho acaba por levar a temática do empreendedorismo para o interior das escolas e, com ela, propostas formativas com o intuito de transformar os estudantes em empresários de si, no futuro atuando como proprietários de uma empresa, ou desenvolvendo competências e habilidades diante de suas possíveis escolhas.

No que tange as discussões sobre governamentalidade, Foucault nos apresenta a concepção de *Homo Oeconomicus*, conceituado como o sujeito que, introjetado pela lógica econômica neoliberal, não é senão um empreendedor de trocas, mas também um empresário de si mesmo.

[...] é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca, por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda (FOUCAULT, 2008b, p. 47).

Foucault (2008b) observou que os indivíduos haviam se transformado em negociadores econômicos capazes de ampliar seus capitais humanos, a partir de investimentos em si, com o objetivo exclusivo de tornarem-se competitivos no mercado neoliberal¹³.

O filósofo focou sua análise na questão das tecnologias neoliberais de governo, a partir das quais é possível pensar o modo como os indivíduos são governados. Que, no caso do debate sobre competências e habilidades, é notável o papel biopolítico que a educação assumiu na atualidade, pois justifica a aquisição de competências como única forma de o indivíduo produzir seu capital humano.

¹³ Foucault (2008a) não estava interessado na análise econômica neoliberal, mas estava preocupado em como as subjetividades são moldadas diante do Neoliberalismo.

O indivíduo deve considerar-se ele próprio um fragmento de capital [...]. O indivíduo não é rigorosamente, uma força de trabalho, mas um capital de competências que acompanha um estilo de vida, um modo de vida [...] (LAZZARATO; NEGRI, 2011, p. 31).

Diante do exposto, conceber o indivíduo como *Homo Oeconomicus*, é compreendê-lo como um indivíduo governamentalizável, ou seja, um indivíduo que não reflete, muito menos questiona o seu contexto. O que importa é o investimento que faz em si, para se tornar útil ao mercado de trabalho.

Ao tratar dos temas da governamentalidade¹⁴ em “Segurança, território e população” Foucault (2008a) anunciou que, diferentemente do poder de soberania (que se ocupava de impor a lei e gerar medo ao indivíduo como forma de obediência), o dispositivo de governamentalização, ocupa-se de impor técnicas para conduzir o comportamento dos indivíduos. No campo do debate sobre a Pedagogia Empreendedora, nota-se que os indivíduos, ao se tornarem empresários de si, competitivos e eficientes, são governados dessa maneira sem resistirem a essa forma de governo.

Dito de outro modo, o texto “Segurança, território e população” enquanto aparato analítico, inaugura a temática da governamentalidade (compreendida como “governo de si e dos outros”) revelando o modo como os indivíduos conduzem a suas vidas e a vida dos outros.

Tanto quanto a escola disciplinar, agora em crise aguda, também a escola contemporânea toma o corpo e a vida das crianças como matéria farta para intervenções operacionalizadas a partir das novas figuras do governo neoliberal (CESAR, 2010, p. 232).

Recorrendo a Foucault (2008a), o neoliberalismo encara o indivíduo como um ser econômico ativo, como aquele que necessita desenvolver competências e habilidades para ser bem sucedido no mercado competitivo. Assim, há uma ampliação da racionalidade neoliberal a todos os âmbitos da vida.

Dito isto, cabe-nos agora desenvolver o conceito de crítica enquanto atitude contrária aos procedimentos que almejam governar os indivíduos dessa maneira. É nesse contexto, que estamos chamando de “empresariamento de si”, que acreditamos ser possível desenvolver possibilidades de contracondutas, apresentando outras bases para a compreensão da realidade mais ampla.

4 Atitude crítica como contraconduta ao empresariamento de si

O que temos feito de nós mesmos sob as formas de controle da vida? E como resistir a elas? Esses questionamentos levou-nos a reflexão sobre as for-

¹⁴ Foucault (2008a) distinguiu duas dimensões da governamentalidade: a dimensão tecnológica e a dimensão programática. Na dimensão tecnológica, o filósofo afirmou que a prática governamental se efetiva através da condução das condutas dos indivíduos. Na dimensão programática, há o domínio dos programas de governo, ou seja, das racionalidades governamentais. Conforme apontado acima, é a questão da governamentalidade na forma do governo de si e dos outros que leva Foucault a investigar a subjetividade.

mas como Foucault concebia a filosofia enquanto modo de vida. E para isso, o filósofo toma a crítica para questionar as verdades, as formas de dominação e os efeitos que elas têm sobre nós.

Em 1978, logo após dedicar estudos sobre contracondutas pastorais no período medieval, Foucault pronunciou a conferência "O que é a crítica". O filósofo se propôs a desenvolver a genealogia da atitude crítica aprofundando a tese de que a crítica enquanto atitude é originária das contracondutas pastorais. Em outras palavras, as contracondutas "são movimentos que procuram escapar da conduta dos outros, que procuram definir para cada um a maneira de se conduzir" (FOUCAULT, 2008a, p. 256-257).

Ao evidenciar o termo contraconduta para referir-se ao poder de resistência pastoral, Foucault (1990) objetivou mostrar o aspecto ativo das revoltas de condutas. Dito de outro modo, as formas de dominação contra a quais elas insurgem, é uma forma de poder que almeja para si a conduta dos indivíduos, regrando a relação dos indivíduos com os outros. A contraconduta traduz-se na busca de uma conduta outra, de ser conduzido e conduzir-se de uma forma diferente "no sentido de luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros" (FOUCAULT, 2008a, p. 266).

Diante do cenário posto pela Pedagogia do Governo, qual relação tem a atitude crítica com essa suposta arte do empresário de si (do governo de si)? Para responder a esse questionamento vamos seguir a proposta argumentativa de Foucault (1990) segundo a qual, no contexto da governamentalização neoliberal, a ideia central de resistência, de contraconduta, é a questão de como não ser governado de tal maneira.

[...] a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se outorga o direito de interrogar a verdade sobre os seus efeitos de poder e o poder sobre os seus discursos de verdade, a crítica seria assim a arte da insubmissão voluntária, a da indocilidade refletida (FOUCAULT, 1990, p. 35).

A perspectiva crítica foucaultiana, a qual adotamos para analisar as propostas de formação baseadas na pedagogia do empresário de si, consiste na recusa dos indivíduos a se deixarem conduzir de uma determinada maneira (pelos princípios da competitividade, lucratividade, empreendedorismo). É uma maneira de resistência as diferentes formas de dominação, principalmente em um contexto marcado pela intensificação da arte de governar, de gerenciar a vida, do empresário de si.

No texto "O que é a crítica? Um ensaio sobre as virtudes de Foucault" Butler (2013, p. 159) iniciou a discussão com o seguinte questionamento: o que é oferecer uma crítica? A filósofa apontou que necessitamos pensar a crítica enquanto prática filosófica, a qual põe em questão os limites dos nossos modos de gerenciar os saberes. Ou seja, nesses termos, é ultrapassar o previamente determinado e regulamentado por programas e propostas educativas como

as apresentadas pela pedagogia do empresário de si.

Segundo Butler (2013, p. 166), o que está em jogo aqui não são simplesmente os comportamentos programados, mas as problematizações acerca das práticas pelas quais os indivíduos empreendem a si. Dito de outra maneira, “a prática crítica implicará uma transformação do eu na sua relação com a regra de conduta”.

Na leitura foucaultiana, a crítica inicia-se quando colocamos em análise a emergente necessidade de uma obediência aos imperativos neoliberais, submetendo os dispositivos de controle (a exemplo da racionalidade instrumental e empresarial) a um exame reflexivo.

O próprio Foucault (1990, p. 28) tensionou seu pensamento inaugurando uma atitude política: “a arte de não ser governado, ou melhor, a arte de não ser governado desse modo e àquele preço”. De modo velado, nota-se que a contraconduta foucaultiana é manifestada através da própria reflexividade que toma para si a viabilidade para a formação.

Butler (2013) anotou que Foucault entendeu a crítica enquanto possibilidade de resistência à governamentalidade neoliberal. No debate sobre a Pedagogia do Empresário de Si, observou-se o quanto a possibilidade de atitude crítica fica sonegada. Apenas o governo de si e dos outros nesse referencial neoliberal é fomentado. Desse modo, ao tomarmos o ensaio “O que é crítica” propomos pensar em bases outras, o modo como o indivíduo relaciona-se consigo e com os outros, que não pelos imperativos empresariais, mas enquanto possibilidade de abrir um campo filosófico reflexivo como problematização de si mesmo. Assim, Foucault (1990) entendeu as origens da atitude crítica enquanto contraponto ao processo histórico das artes do governo de si, ou seja, como uma “maneira de desconfiar delas, de recusá-las, de limitá-las, de encontrar uma justa medida, de transformá-las, de procurar escapar” (ANASTASIO, 2017, p. 125).

5 Considerações finais

O presente ensaio abordou o tema “Cultura do empresário de si” que penetrou no debate educacional brasileiro nos últimos anos. Essa cultura transfere os dispositivos neoliberais, tais como produtividade, desempenho a qualquer preço, competitividade, geração de competências e habilidades ao âmbito escolar subordinando professores e estudantes a uma suposta governamentalidade.

Há o discurso massivo (DOLABELA, 1998, 2015; VILLELA, 2005; CARVALHO, 2004) de que a cultura empreendedora é fundamental para a produção capitalista, que almeja trabalhadores polivalentes, competitivos, colaborativos, processo esse desvinculado do aprender a refletir e a resistir.

Logo, o empresário de si é a nova aposta vendida na atualidade, aquele que por si só deve buscar suas competências para ser um vencedor, saindo da

“caixinha” e dos chamados modelos tradicionais de educação. Nessa percepção, a escola é atacada por não ser prazerosa, por não conectar o estudante à realidade empreendedora.

A partir da análise foucaultiana de governamentalidade, defendeu-se que a pedagogia das competências funciona como um dispositivo de controle voltado à sujeição, impedindo que os indivíduos se tornem resilientes ao *status quo*.

Em Foucault (2008b), abordou-se que o *Homo Oeconomicus* é aquele que, introjetado pela lógica econômica neoliberal, não é apenas um empreendedor de trocas, mas também um empresário de si mesmo. Dito de outro modo, o neoliberalismo encara o indivíduo como um ser econômico ativo, como aquele que necessita desenvolver competências e habilidades para ser bem sucedido no mercado competitivo. Há a ampliação da racionalidade neoliberal a todos os âmbitos da vida.

Com a pergunta “O que temos feito de nós mesmos sob as formas de controle da vida?” iniciamos a reflexão sobre como podemos pensar outros modos de vida. Para isso tomamos o conceito de crítica foucaultiano para questionar as formas de dominação e os efeitos que elas têm sobre nós (FOUCAULT, 1990).

No cerne foucaultiano “[...] a crítica é a arte da insubmissão voluntária” (FOUCAULT, 1990, p. 35), a perspectiva crítica adotada para analisar as propostas de formação baseadas na pedagogia do empresário de si, consiste na recusa de os indivíduos deixarem de se conduzir de uma determinada maneira (princípios da competitividade, da eficiência, do empresariamento de si).

Concluimos que a pedagogia do empresário de si universaliza a racionalidade empresarial, ao mesmo tempo que exclui o debate filosófico-educacional de uma análise mais ampla e profunda daquilo que ocorre na escola contemporânea.

Logo, desenvolver uma atitude crítica é ultrapassar o previamente designado por programas e propostas educativas alinhadas à racionalidade neoliberal.

Diante dessa perspectiva que transformou os atores escolares em meros construtores de seu empresariamento, reivindicamos a possibilidade de condutas outras, aquelas afastadas da racionalidade neoliberal.

Foucault critica uma educação para a obediência. Chama a atenção para o modo como os sujeitos são produzidos. Assim, a filosofia é pensada neste estudo enquanto modo de viver, uma disposição de enfrentamento àquilo que captura a subjetividade.

Referências bibliográficas

- AFONSO, Almerindo. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.
- ANASTASIO, Lara P. Foucault: atitude crítica e seu lugar na modernidade. **Revista DoisPontos**: Curitiba, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 121-133, abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doisPontos/article/view/48667>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- ASSIS, Camila; LIMA, Laís. Subjetividade docente em tempos de cultura da performatividade. **Revista Tecnia**, v. 4, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2019.
- BALL, Stephen J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação e Realidade**, v. 2, n. 35, p. 37-55, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/15865>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017a. Disponível em: Acesso em: 12 maio 2020.
- BRASIL. **Lei nº 13 415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 12 jan. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 13**, de 4 de agosto de 2010. Consulta acerca da inclusão do Empreendedorismo como disciplina no currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, da Educação Profissional e da Educação Superior. Brasília: MEC, 2010a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6552-pceb013-10&Itemid=30192. Acesso em: 5 fev. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 7. 397**, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sua gestão e dá outras providências. Brasília: MEC, 2010b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7397-22-dezembro-2010-609805-normaatuizada-pe.html>. Acesso em: 23 mar. 2020.
- BUTLER, Judith. O que é crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. Tradução de Gustavo H. Dalaqua. **Cadernos de Ética e Filosofia política**, v. 1, n. 22, p. 159-179, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/59447>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- CALIXTO, Cláudia. **Querer, obedecer e empreender**: o governo de si e dos outros nos discursos pedagógicos (final séc. XVIII e início séc. XIX). Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da USP, 2013.
- CARVALHO, Denise. **Variáveis associadas ao perfil empreendedor**: relações com modelos familiares e formação empreendedora. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- CESAR, Maria R. A. (Des) governos...: biopolítica, governamentalidade e educação contemporânea. **Revista Educação temática digital**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 224-241, jul./dez. 2010.
- CHAUÍ, Marilena. A ideologia da competência. In: ROCHA, André (org.). **Escritos de Marilena Chauí**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 113-121.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: ed. Boitempo, 2016.
- DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2010.
- DOLABELA, Fernando. **Empreendedorismo sem fronteiras**. Rio de Janeiro: alta Books, 2015.
- DOLABELA, Fernando. **Pedagogia empreendedora**: o ensino do empreendedorismo na Educação Básica voltado para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Cultura, 2003.
- DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**: curso no collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. **O que é crítica?** (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela L. Borges. Edições texto e grafia, 1990.
- FOUCAULT, MICHEL. **História da sexualidade** (vol. 1): A vontade de saber. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- INSTITUTO ENDEAVOR. **O prêmio do empreendedorismo**: conceitos. 2009. Disponível em: <http://www.educacaoempreendedora.org>. Acesso em: 02 jun. 2020.
- LAZZARATO, Maurício; NEGRI, Antônio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP & A, 2011.
- LIMA JÚNIOR, Otávio P. A. L. **O espírito do capitalismo e a cultura do empreendedorismo**: educação e ideologia. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2011.
- MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Martin. **Em defesa da escola**: uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- NOSELLA, Paulo. A atual política para a educação no Brasil: a escola e a cultura do desempenho. **Revista Faz Ciência**, Paraná, v. 12, n. 16, p. 37-56, jul./dez. 2010. Disponível em: [www.e-revista.unioeste.br > index.php > fazciencia > article > download](http://www.e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/download). Acesso em: 04 jun. 2020.
- PERRENOUD, Phillipe. **Dez novas competências e habilidades para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- RICARDO, Elio. Discussão acerca do ensino por competências: problemas e alternativas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 605-628, maio/ago. 2010.
- SANTOS, Jane R. **Política de avaliações externas**: a ênfase na questão das competências. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2015.
- SANTOS, Lucíola. Formação de professores na cultura do desempenho: **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1145-1157, set./dez 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01013302004000400004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 jun. 2020.
- SIBILA, Paula. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2012.
- SILVA, Márcio M. **A formação de competências socioemocionais como estratégia para captura da subjetividade da classe trabalhadora**. 2018, 169 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara/SP, 2018.
- TORRES, Rosa M. Melhorar a qualidade da Educação Básica: as estratégias do Banco Mundial. In: TOMASI, L. (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 125-191